

COMUNICAÇÃO RURAL ENTRE TRÊS ATORES NAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE FRUTEIRAS NO NORDESTE BRASILEIRO: O PEQUENO FRUTICULTOR, SUAS ORGANIZAÇÕES E A EXTENSÃO RURAL¹

Maria Odete Alves²
Airton Saboya Valente Junior³

RESUMO – Analisa-se o nível de comunicação entre agricultores, suas organizações e extensionistas rurais, a partir da análise do nível de concordância sobre potencialidades ou problemas percebidos como relevantes por cada um deles, a partir de um estudo de caso nas áreas de concentração de fruteiras no Nordeste do Brasil. A abordagem teórica é fundamentada na concepção humanizadora. As informações foram extraídas de um banco de dados resultante de uma pesquisa de campo coordenada pelo ETENE, realizada durante os anos de 2004 e 2005, tendo por base o ano de 2003, por meio da aplicação de questionários estruturados a pequenos agricultores (fruticultores), organizações de agricultores e extensão rural. Verificou-se que a atuação das ATER's apresenta pouco avanço na direção da concepção dialógica e humanizadora da comunicação, o que pode ser atestado nas diversas contradições observadas nas falas dos atores e na insatisfação de parte dos agricultores com os serviços prestados, sugerindo, assim, a necessidade de avaliação das metodologias adotadas em suas atividades de campo, principalmente no tocante à forma como vêm trabalhando as estratégias de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação, extensão rural, assistência técnica.

¹ Artigo apresentado no XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), ocorrido nos dias 24 a 26 de julho de 2006 em Fortaleza-CE.

² Engenheira Agrônoma, mestre em Desenvolvimento Rural e pesquisadora do BNB-ETENE. Correio Eletrônico: moalves@bnb.gov.br.

³ Economista, doutorando em Economia e pesquisador do BNB-ETENE. Correio Eletrônico: asvj@bnb.gov.br.

INTRODUÇÃO

A comunicação, no contexto da assistência técnica e extensão rural no Brasil foi, por muito tempo, entendida como sinônimo de informação agrícola, constituindo-se exclusivamente na difusão unilateral de informações agrícolas, normas e recomendações técnicas de órgãos envolvidos com agricultura e ligados ao governo, através de boletins, folhetos, periódicos, publicações diversas e da radiodifusão.

No final dos anos 1950, houve uma mudança de orientação, quando, além do caráter informativo, passou a ser dada maior ênfase à persuasão, seguindo o modelo difusionista de Rogers. Na essência, esse modelo previa intervenções com a intenção de persuadir as populações rurais para aceitação de uma “propaganda”, bem como fazer com que substituíssem por outros, os conhecimentos associados à ação sobre a realidade. O objetivo fundamental da informação agrícola era difundir inovações tecnológicas que incrementassem a produção e produtividade da agricultura.

Nos anos 1970 outra discussão passou a tomar parte do debate em torno da comunicação rural, na qual se questionava o caráter unidirecional e persuasivo do modelo difusionista e se colocava a alternativa de uma comunicação com base no diálogo. Essa discussão ocorreu durante toda a década de 1980 e foi marcada pela polarização em torno desses modelos, porém com pouco avanço em termos práticos.

A partir dos anos 1990 observou-se um avanço na direção do modelo dialógico, com mudanças principalmente nas metodologias de intervenção, porém partindo muito mais das ações de ONG's e menos dos organismos oficiais de assistência técnica e extensão rural, pela dificuldade que tais instituições têm tido em promover mudanças no próprio modelo de intervenção. É sabido que tais órgãos foram constituídos durante a implantação do modelo de modernização da agricultura e, portanto, com ações direcionadas para este objetivo.

Assim, com o objetivo de entender em que patamar está o nível de interação das ATER's com seus clientes, propõe-se, neste artigo, um estudo de caso, no qual seja possível observar o grau de comunicação entre três atores que interagem nas áreas nordestinas de concentração de fruteiras: pequenos agricultores, suas organizações associativas e extensionistas.

A análise das informações utiliza a abordagem teórica fundamentada numa concepção humanizadora com base nas teorias de Freire (1983), Bordenave (1988, 1989, 1993) e Friedrich (1988), que apresentam a comunicação rural como sendo uma relação dialógica e interativa, capaz de criar mentes questionadoras e criativas, que permitam e motivem os indivíduos a participar conscientemente do seu próprio desenvolvimento.

1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

A comunicação tem enfoques bastante diversificados, atraindo a atenção de políticos, especuladores e estudiosos. Entretanto, em qualquer que seja o enfoque, se apresenta com uma importância fundamental dentro do processo social, por representar uma necessidade básica da pessoa humana. Daí, a preocupação com o entendimento entre os povos ter origem nos primeiros agrupamentos sociais formados entre os povos primitivos.

Segundo Casanova, citado por França (1978), as primeiras teorizações acerca da comunicação surgiram entre os antigos gregos, em um primeiro momento, de forma puramente autoritária e sem diálogo (homens privilegiados serviam de intérpretes dos deuses para os outros homens); num segundo momento, o processo de comunicação já ocorria através do diálogo entre homens igualmente dotados da mesma capacidade de

pensar, consistindo de uma série de raciocínios e argumentos organizados no interior de um discurso que objetivava primordialmente a conquista do interlocutor.

Entretanto, são de Platão e Aristóteles, as idéias mais antigas que conseguiram sobreviver, dentre aquelas que tentavam explicar o comportamento humano. As visões são completamente antagônicas. Na visão Platônica, a conduta do ser humano é determinada pelo meio. Neste caso a educação passa a ter grande importância. Aristóteles, ao contrário, considera que todos os homens têm certas tendências inatas, o que torna a educação pouco importante no processo.

O pensamento destes filósofos tem representado, ao longo dos séculos, os dois pólos das discussões e correntes que se formaram em torno das ciências humanas. Na seqüência, surgem várias concepções, passando pelo cristianismo (doutrina do livre arbítrio), Maquiavel (a natureza do homem é antes má do que boa), Montesquieu e Gobineau (o clima como fator relevante na determinação do comportamento social), Comte e Spencer (o aperfeiçoamento da humanidade ocorre através dos séculos), até chegar às concepções sociológicas da comunicação (Friedrich, 1988).

Quanto às concepções sociológicas da comunicação, encontra-se na sociologia do conhecimento a postulação de que todas as ações do processo de comunicação estão subjacentes a um sistema ideológico que busca defender, explicar e justificar seus interesses definitivos.

2. CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA COMUNICAÇÃO RURAL

Apesar da evolução ocorrida nos meios e instrumentos utilizados pela comunicação, sua concepção é praticamente a mesma desde sua origem até os dias atuais. A mensagem falada e escrita, que no início era restrita às relações com indivíduos e pequenos grupos, passou a ser multiplicada pelos mecanismos, aparelhagens e empresas de rádio, cinema, televisão, jornais, revistas, boletins, internet e outros meios, podendo alcançar, simultaneamente, públicos maiores e até muitos milhões de pessoas de todo o mundo, de uma só vez.

No que se refere à comunicação no âmbito da assistência técnica e extensão rural no Brasil, observa-se que a construção teórica pode ser analisada a partir da separação em dois momentos: o difusionismo e a concepção dialógica. Portanto, o estudo da comunicação rural no Brasil passa necessariamente pela compreensão da discussão que se desenvolveu em torno do assunto ao longo dos anos.

2.1. A concepção “produtivista-difusionista” e a prática da persuasão

O difusionismo na extensão rural brasileira é uma adoção do que foi pensado pelos americanos David K. Berlo e Everett Rogers, no final da década de 1950, com a intenção de difundir inovações tecnológicas para os agricultores, objetivando promover o aumento da produção e a modernização do campo. Trata-se, na verdade, do aperfeiçoamento do modelo clássico da teoria da informação, mantendo uma forma básica de representação que, sinteticamente, pode ser caracterizada por três componentes essenciais: *fonte ou emissor, mensagem e destinatário ou receptor*. A concepção está fundamentada numa visão distorcida do homem e do mundo e das relações homem/mundo, em que está implícita uma concepção teórica mecanicista, unidirecional, autoritária e vertical⁴.

⁴ Berlo, um dos pensadores do difusionismo, acredita que se pode obter uma conduta desejável, mediante a injeção de estímulos, formando hábitos e /ou condicionando o comportamento humano ou moldando a vontade e a personalidade do *Receptor* aos interesses da *Fonte*. Para ele o propósito único da comunicação é persuadir (Friedrich, 1988).

Tal concepção é baseada na persuasão com a intenção de levar outras pessoas a adotarem o ponto de vista de quem fala, ou seja, tentar mudar a conduta do indivíduo. Não leva em conta que os conhecimentos, os valores, os comportamentos, as idéias e os conceitos são fruto das experiências adquiridas pelo homem na sua ação sobre a natureza e sobre a sua realidade física e social. Apresenta uma visão de mundo que se comporia de indivíduos que sabem e indivíduos que não sabem e que não possuem valores e condutas desejáveis. Aos que não sabem é que se deve persuadir para que adotem novas condutas e novos valores, prefixados ou estabelecidos por aqueles que já os possuem (Friedrich, 1988).

O caráter unidirecional, autoritário e vertical da comunicação leva também, em geral, a que seja confundida com informação, que como o próprio nome indica, destina-se mais a informar do que a estabelecer um processo dialógico entre duas pessoas.

2.2. A alternativa dialógica

No final da década de 1970, inserida numa discussão sobre a revisão dos pressupostos da extensão e da comunicação rural, emergiu a proposta de uma alternativa para a comunicação difusionista. Trata-se da discussão e valorização de proposta lançada ainda em 1968, pelo educador brasileiro Paulo Freire. Freire (1983) questionava o modelo de transferência de informações que até então orientava a prática extensionista brasileira⁵. Para ele, a comunicação só é verdadeira quando ocorre uma reciprocidade sem interrupção entre os sujeitos no ato de pensar, pois segundo sua visão, na comunicação não há sujeitos passivos e, portanto, não deve ser informativa e muito menos persuasiva. No entender de Freire, era necessário estabelecer um processo dialógico entre extensionistas e agricultores, de forma a permitir a reciprocidade, proporcionando a troca de conhecimentos e não transmissão de informações. Segundo ele,

“O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. (...) É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes. Isto é, a expressão verbal de um dos sujeitos tem que ser percebida dentro de um quadro significativo comum ao outro sujeito” (Freire, 1983, p.67).

Alguns estudiosos contribuíram com suas análises para consolidar a proposta de Freire. Um deles é Pasquali (1973), que ao distinguir a verdadeira comunicação de uma relação de informação, diz que numa relação de transmissão de informações, ocorrem formas de relacionamentos em que transmissor e receptor perdem a ambivalência própria do esquema comunicacional, substituindo o diálogo por um dizer ordenado, sem possíveis réplicas da parte receptora, numa tentativa de subtrair ou alienar o receptor. Esta relação inutiliza por sua própria natureza a dupla virtualidade implícita em cada pólo de relação: o receptor encontra-se aqui impossibilitado de converter-se em transmissor de uma réplica dialógica, levando à esterilização progressiva de uma potencialidade transmissora e vice-versa.

Outro autor que trabalhou na mesma linha foi Bordenave (1989, p.36), por crer na comunicação enquanto reciprocidade entre os “comunicantes”, quando afirma: “*Pela comunicação as pessoas compartilham experiências, idéias e sentimentos. Ao se*

⁵ Tal prática era apoiada no pressuposto de que técnicos sabem tudo e agricultores nada sabem. Os que tudo sabem transferem um conjunto de mensagens aos que nada sabem. Em grande medida, técnicos de órgãos públicos de assistência técnica e extensão rural, ainda nos dias atuais adotam estes pressupostos.

relacionarem como seres interdependentes, influenciam-se mutuamente e, juntas, modificam a realidade onde estão inseridas”.

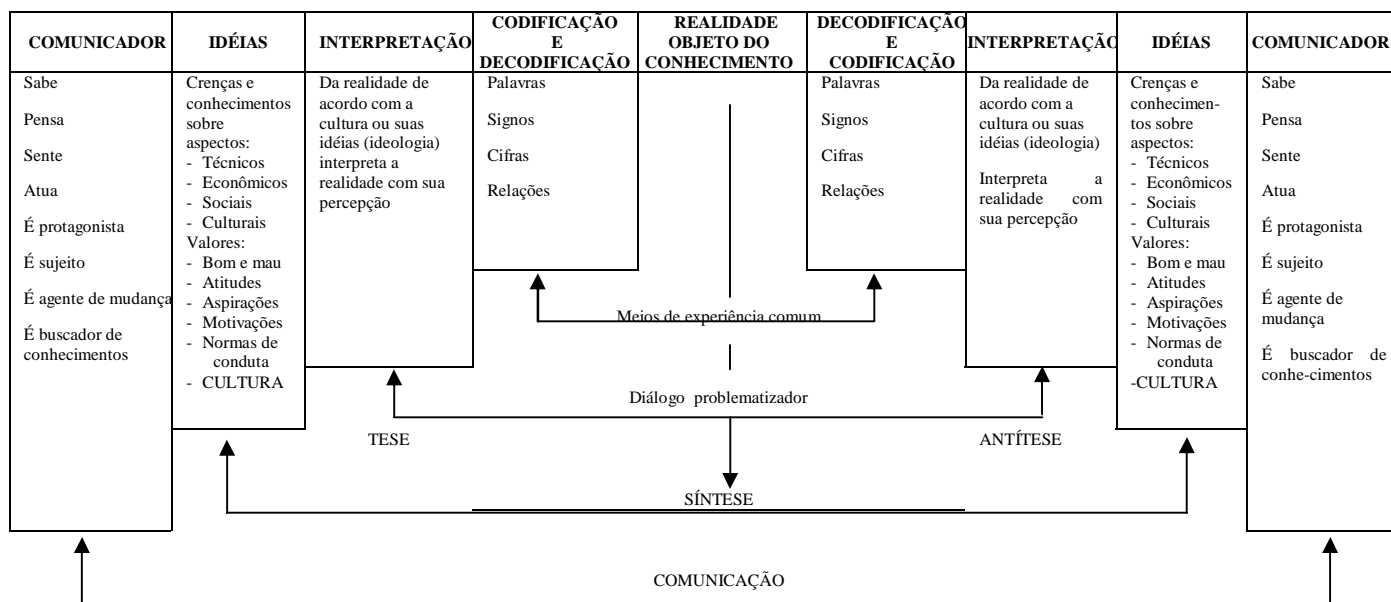
Benjamin (1983) classifica a comunicação como algo que um indivíduo concebe, codifica e emite intencionalmente para obter de outrem uma reação, estabelecendo-se entre ambos um intercâmbio de sentimentos; e idéias orientadas de sua conduta em determinada situação; é por natureza, um fenômeno dinâmico, uma vez que exige de seus agentes uma permanente atividade psicossocial, no sentido de se adaptarem às mudanças que aquele algo, a mensagem, opera no ambiente.

Ainda na década de 1970 (ano de 1974), com a criação da Embrater, houve uma mudança no discurso oficial, explicitando a preocupação com o desenvolvimento do homem do campo enquanto pessoa, como membro da sociedade e como produtor rural. Nesta nova relação o homem passaria a tomar parte nas discussões de como equacionar a solução dos seus problemas, tanto de ordem técnica, quanto econômica e social. No documento oficial da Embrater, em que apresenta proposições para uma política nacional de assistência técnica e extensão rural, a mudança de filosofia é explícita na afirmativa: *“A extensão rural é um trabalho voltado para o desenvolvimento rural mediante a utilização, pelo Extensionista Rural, de processos de educação e de capacitação permanentes, estabelecendo uma relação de comunicação constante entre ele e os produtores rurais, suas famílias e suas organizações”.*

A contribuição teórica relevante da Embrater sobre a importância da troca de conhecimentos entre técnicos e agricultores na extensão rural, partiu do pesquisador Odilo Antonio Friedrich, em 1978, ao analisar, de forma crítica, os modelos utilizados até então pelos extensionistas rurais. Friedrich (1988) apresentou como alternativa uma nova concepção fundada no processo de comunicação dialógica preconizado por Paulo Freire, denominando-a de enfoque humanizador da comunicação (Quadro 1).

Apesar dessa mudança no discurso oficial do governo, bem como de todo o debate empreendido em torno do assunto, principalmente na década de 1980, e da crítica ao modelo difusionista, é tímido o avanço teórico e pouca a mudança na prática da comunicação e da extensão rural no Brasil, principalmente entre órgãos oficiais, permanecendo, uma dicotomia entre os dois modelos (Riffel, 2006). Mais recentemente, na década de 1990, observa-se um avanço na direção da comunicação dialógica, mas muito ligado ao trabalho das Organizações Não-Governamentais que atuam no meio rural, principalmente como uma alternativa ao modelo praticado pelos órgãos oficiais de assistência técnica e extensão rural, ainda atrelado ao difusionismo-produtivista.

Quadro 1 – Enfoque humanizador da comunicação



Fonte: Friedrich (1988)

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O universo da pesquisa é representado pelas áreas de concentração de fruteiras no Nordeste brasileiro.

As informações foram extraídas de um banco de dados resultante de uma pesquisa de campo coordenada pelo ETENE⁶, realizada durante os anos de 2004 e 2005, tendo por ano base 2003. Foram aplicados questionários estruturados a agricultores (fruticultores), organizações de agricultores e extensão rural. No caso dos questionários dos agricultores, foi feito um corte para micro, mini e pequenos produtores (aqui denominados de pequenos) e apenas este segmento de agricultores foi tomado para análise e comparação com outros dois atores: organizações de agricultores e extensão rural. Com base nisso, compôs-se a amostra de 411 agricultores, 27 organizações representativas de agricultores e empresas de extensão rural, representadas por 46 técnicos prestadores de assistência técnica.

A amostra foi distribuída conforme apresentado no Quadro 2. Em seguida, foi feita a tabulação de todas as questões com correspondência entre os três atores, de modo que houvesse a possibilidade de comparação dos conteúdos das respostas.

Desta forma, foi possível medir o grau de comunicação entre os três atores (agricultores, organizações de agricultores e extensionistas) a partir da análise do nível de concordância sobre potencialidades ou problemas percebidos como relevantes por cada um deles.

⁶ Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, do BNB.

Quadro 2 – Distribuição da amostra em campo

Localização	Agricultores		Organizações de Agricultores		Extensionistas	
	Qde.	%	Qde.	%	Qde.	%
Petrolina-Juazeiro (PE/BA)	44	10,7	2	7,4	4	8,7
Baixo Médio Jaguaribe (CE)	20	4,9	3	11,1	2	4,3
Norte de Minas Gerais (MG)	51	12,4	–	–	3	6,5
Guanambi (BA)	22	5,4	–	–	1	2,2
Formoso (BA)	–	–	–	–	2	4,3
Vitória da Conquista (BA)	–	–	1	3,7	–	–
Alagoinhas (BA)	–	–	1	3,7	–	–
Sapé (PB)	38	9,3	2	7,4	–	–
Sousa (PB)	–	–	1	3,7	–	–
Goiana (PE)	–	–	2	7,4	–	–
Cruz das almas (BA)	26	6,3	–	–	–	–
São Domingos do Maranhão	16	3,9	–	–	–	–
Teresina (PI)	9	2,2	1	3,7	–	–
Acaraú-Curu (CE)	18	4,4	6	22,2	1	2,2
Baixo São Francisco (AL/SE)	17	4,1	2	7,4	5	10,9
Açu-Mossoró (RN)	30	7,3	4	14,8	6	13,0
Barreiras (BA)	17	4,1	1	3,7	–	–
Santo Antonio de Jesus (BA)	–	–	1	3,7	–	–
Sul de Sergipe	51	12,4	–	–	–	–
Alto Piranhas (PB)	17	4,1	–	–	2	4,3
Ibiapaba	17	4,1	–	–	2	4,3
Cariri Cearense	18	4,4	–	–	8	17,5
Nenhum	–	–	–	–	10	21,8
Total	411	100,00	27	100,00	46	100,00

Fonte: Pesquisa direta – BNB-ETENE

4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PÚBLICO-ALVO

4.1. Agricultores

Do total de 411 agricultores, 54% são irrigantes, 44% praticam a fruticultura de sequeiro e somente 2,0% praticam as duas modalidades simultaneamente. Somente sete agricultores (1,7%) não responderam a todas as questões formuladas.

A maioria dos agricultores entrevistados tem idade entre 64 e 25 anos, cerca de 79,6%; somente na faixa etária de 45 e 64 anos encontram-se em torno de 46,5% e entre 25 e 44 anos, 33,1%.

Na Tabela 1, a seguir, é mostrada a condição de ocupação dos imóveis rurais de propriedade dos agricultores entrevistados. Pouco mais da metade (57,2%) é proprietário do imóvel no qual explora a atividade de fruticultura; 20,7% são irrigantes de projeto público de irrigação e 15,1% são assentados em área de reforma agrária. O restante (13,4%) se distribui entre arrendatários (5,6%), posseiros (3,2%) e cessionários (4,6%). Ainda, 64% dos agricultores residem na propriedade. Dos que moram fora da propriedade, a maioria reside na sede do próprio município (22,4%).

Tabela 1 – Condição de ocupação dos(s) imóvel(eis) rural(ais) pelo fruticultor

Condição de ocupação	Qde.	%
Proprietário	235	57,2
Arrendatário	23	5,6
Posseiro	13	3,2
Cessionário	19	4,6
Irrigante de projeto público	85	20,7
Assentados área reforma Agrária	62	15,1
Total	411	100,00

Fonte: Pesquisa direta – BNB-ETENE

Importante observar que a maioria desses agricultores é do próprio município (61,6%) ou se deslocaram de municípios vizinhos (26,5%). Ao contrário do que indica o senso comum sobre a ocupação das áreas destinadas ao desenvolvimento de projetos de irrigação no Nordeste, apenas um pequeno percentual de agricultores é originário de estados das regiões Sul e Sudeste (1,4%).

É de 29% o percentual de agricultores que declaram ser analfabetos ou mesmo que somente apresentam condição de assinar o nome. Por outro lado, 25% cursaram entre o primeiro grau completo e o segundo grau completo, o que representa um dado importante em termos de educação, conforme mostrado na tabela 2. Além disso, 5,6% concluíram o nível superior, com formação nas áreas de agronomia (26,1%), administração de empresas (34,8%), direito (13%), economia (13%) e engenharia civil (8,7%).

Tabela 2 – Nível de escolaridade dos agricultores

Grau de instrução	Qde.	%
Analfabeto	13	3,2
Assina apenas o nome	98	23,8
1º grau incompleto	148	36,0
1º grau completo	49	11,9
2º grau incompleto	9	2,2
2º grau completo	49	11,9
Superior incompleto	9	2,2
Superior completo	23	5,6
Com pós graduação	1	0,3
Curso médio ciências agrar. Incompleto	2	0,5
Curso médio ciências agrar. completo	5	1,2
Não informado	5	1,2
Total	411	100,00

Fonte: Pesquisa direta - ETENE

A área individual explorada com fruteiras é bastante reduzida entre os agricultores, pois 88,2% deles explora entre menos de um e até 10 hectares. Do restante, somente 3,1% explora acima de 50 hectares de área.

Talvez pelo fato da reduzida disponibilidade de terras, 128 agricultores (cerca de 31%) desenvolvam, ao lado da fruticultura, atividades não-agrícolas, principalmente como comerciante, funcionário público, profissional liberal ou assalariado do setor privado.

4.2. Organizações de Agricultores

Dos 27 questionários aplicados às organizações de agricultores, somente 1 ficou incompleto, não prejudicando o resultado final do trabalho de tabulação. Do total de organizações, 44,4% trabalham com agricultura de sequeiro, 37,1% com agricultura

irrigada e 18,5% com ambas as modalidades. 77,8% das organizações são cooperativas, enquanto que 22,2% são associações.

A maioria das organizações de produtores é relativamente jovem, visto que 77,8% foram constituídas a partir da década de 1990 e 29,6% a partir do ano de 2000.

Segundo informaram os entrevistados, 40,7% das organizações foram criadas a partir da vontade e decisão dos próprios agricultores; as demais foram constituídas a partir de decisão e/ou estímulo de agentes externos, tais como DNOCS/CODEVASF (7,4%), exigência do programa de reforma agrária (37,1%), governo (11,1%), agentes financeiros (7,4%), dentre outros.

Quanto à área de abrangência da organização, a maioria (74,1%) é municipal, enquanto que 22,2% é regional e apenas 3,7% atua em todo o estado.

Os serviços prestados com maior frequência são a mecanização, a comercialização da produção, a ação fundiária e a manutenção e conservação dos sistemas de irrigação e drenagem (prestados por respectivamente 48,1%; 48,1%; 29,6% e 25,9% das organizações).

4.3. Extensão Rural

Dos 46 extensionistas entrevistados, 89,1% representam empresas juridicamente constituídas e 10,9% são pessoas físicas.

Metade dos prestadores de assistência técnica tem área de atuação regional, enquanto que 26% têm abrangência municipal e 13% estadual, realizando trabalho simultâneo em diversos municípios, contemplando as diversas áreas de concentração de fruteiras no Nordeste, conforme mostrado no Quadro 1 do item “Metodologia”.

Importante observar que 50% dos extensionistas têm um raio de ação entre 101 km e 150 km, a maioria (91,3%) lançando mão de veículo próprio para os deslocamentos.

O principal cliente dessas empresas é o pequeno agricultor (micro, mini ou pequeno), representando 76,7% do total.

5. NÍVEL DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES ATORES

O nível de comunicação entre os atores (pequenos agricultores, organizações de agricultores e extensionistas) é analisado nos itens subsequentes, conforme definido no item metodologia. A interpretação dos números é direta, ou seja, a uma maior aproximação entre os percentuais ao se comparar um mesmo item para os diferentes atores, corresponde um mais elevado nível de concordância entre os grupos.

Antes de iniciar a análise propriamente dita, é importante esclarecer que, do total dos agricultores entrevistados, cerca de 80% têm acesso à assistência técnica. Embora alguns escritórios privados, a Codevasf e as organizações representativas, sejam responsáveis pela assistência técnica prestada a alguns agricultores, a maioria deles (em torno de 70%) recebe o serviço diretamente das empresas públicas de assistência técnica e extensão rural (ATER's), segundo declaração dos próprios agricultores, utilizando métodos de difusão interpessoal, grupal (eventos, encontros etc) e práticas de campo.

5.1. Percepção sobre potencialidades para a exploração da atividade frutícola

Com relação às potencialidades existentes nas propriedades e na região como um todo, observa-se uma mesma percepção dos diferentes atores. Comparados os três diferentes atores, observa-se que entre 64 e 93,5% concordam que existem solos adequados para expansão da atividade. Quanto à água de qualidade e em quantidade suficiente para expansão, varia entre cerca de 44,5% e 73,9% o percentual de entrevistados que confirmam a sua existência. A telefonia, assim como a infra-estrutura básica de irrigação e drenagem implantada pelo governo, são serviços que, segundo os grupos entrevistados, ainda não estão disponíveis da forma desejada nas áreas pesquisadas (Tabela 3). Os dados evidenciam que tanto organizações quanto extensão rural, conhecem a realidade do agricultor, denotando a existência de um mínimo de comunicação interpessoal relativamente a este aspecto.

Tabela 3 – Concordância quanto às potencialidades da(s) propriedade(s) rural(ais) explorada(s) com fruticultura

Itens	Agricultores %	Organizações de Agricultores %	Extensão Rural %
Solos adequados para se expandir	64	88,9	93,5
Água com qualidade e em quantidade para se expandir	46	44,5	73,9
Acesso fácil, em qualquer época do ano	61	74,0	69,6
Mão-de-obra abundante na região	58,4	63,0	76,1
Telefonia	14,4	26,0	30,4
Energia elétrica de concessionárias	59,6	63,0	73,9
Infra-estrutura básica de irrigação e drenagem implantada pelo governo	21,7	14,8	23,9
Outra	6,8	11,1	17,4
Não informado	–	3,7	–

Fonte: Pesquisa direta – BNB-ETENE

Importante observar que das cinco frutícolas citadas por cada um dos três atores, pelo potencial para diversificação, o caju, o abacaxi e a graviola, apesar de terem sido citados pela maioria dos extensionistas, não aparecem nessa mesma lista de preferências dos agricultores (Tabela 4).

As frutícolas mais citadas pelos agricultores são o mamão (18,5%), seguido pelo maracujá (15,1%) e goiaba (13,1%); para os representantes das organizações de agricultores, as frutícolas mais importantes são o mamão (33,3%), a banana e limão (22,2% cada) e a goiaba (18,5%). Para os extensionistas, no entanto, a frutícola com maior potencial para diversificação é o abacaxi (41,3%), seguido por mamão (34,8%) e banana (32,6% cada).

Tabela 4 – Concordância quanto às cinco principais frutícolas que poderão compor o elenco das culturas possíveis de diversificação

Frutícolas	Agricultores %	Organizações de Agricultores %	Extensão Rural %
Mamão	18,5	33,3	32,6
Maracujá	15,1	14,8	30,4
Goiaba	13,1	18,5	–
Caju	9,2	–	32,6
Banana	9,0	22,2	–
Limão	8,0	22,2	–
Abacaxi	–	14,8	41,3
Graviola	–	–	34,8

Fonte: Pesquisa direta – BNB-ETENE

5.2. Percepção sobre os aspectos tecnológicos da atividade frutícola

Com relação às tecnologias utilizadas pelos agricultores, observa-se a concordância dos atores, levando a crer que, neste aspecto, há uma compreensão, por parte das organizações e da extensão rural, da realidade dos agricultores. Em alguns itens, no entanto, percebe-se maior aproximação das respostas dos agricultores com as de suas organizações e maior distanciamento da extensão rural. É o caso da resposta relacionada a itens como “análise física e química do solo”, “fertirrigação”, “telefonia rural”, “tratamento de mudas”, dentre outros (Tabela 5).

Tabela 5 – Concordância quanto às tecnologias utilizadas pelos agricultores na exploração da fruticultura

Tecnologias	Agricultores (%)	Organizações de Agricultores (%)	Extensionistas (%)
Adubação química	81,0	92,6	93,5
Mecanização motora	69,1	66,7	80,4
Adubação orgânica	68,6	92,6	87,0
Energia elétrica	56,0	48,1	82,6
Irrigação	52,3	51,9	56,5
Mudas de viveiristas idôneos	50,9	74,1	93,5
Análise física e química do solo	49,9	44,4	87,0
Poda de formação e limpeza	47,7	48,1	82,6
Correção do solo	42,3	29,6	65,2
Aplicação herbicida	34,5	33,3	63,0
Limpeza, seleção e classificação da fruta	32,4	29,6	60,9
Mudas da própria unidade produtiva	31,9	14,8	32,6
Controle do custo de produção	27,0	29,6	50,0
Tratamento de mudas	26,5	25,9	45,7
Cobertura morta	26,3	25,9	58,7
Indução floral	23,4	33,3	54,3
Telefonia rural	22,9	29,6	54,3
Planejamento da produção	21,4	25,9	47,8
Mecanização animal	20,9	14,8	21,7
Manejo integrado de pragas e doenças	20,2	22,2	52,2
Fertirrigação	19,0	25,9	78,3
Utilização de EPI para aplicação de defensivos	15,8	22,2	43,5
Embalagem da fruta para comercialização	14,4	22,2	41,3
Mecanização motora e animal	10,5	25,9	13,0
Monitoramento da mosca das frutas	10,5	11,1	32,6
Rotação cultural	7,8	11,1	26,1
Adoção do sistema de medicina de segurança do trabalho	7,8	14,8	17,4
Adubação verde	6,8	7,4	17,4
Controle biológico	6,6	3,7	19,6
Produção integrada de frutas - PIF	6,6	14,8	23,9
Substituição de copa	3,9	14,8	21,7
Internet	2,2	14,8	21,7
Informática	2,2	18,5	17,4
Certificação para mercados internacionais	2,2	7,4	17,4
Produção orgânica	1,9	7,4	23,9
Monitoramento da fruta vendida para fora do Brasil	1,9	14,8	28,3
FAX	1,5	18,5	15,2
Sistema de rádio	1,0	7,4	17,4
Transporte da fruta em veículo com controle de temperatura	0,5	14,8	21,7
Armazenamento da fruta em instalações aclimatadas	0,0	11,1	21,7

Fonte: Pesquisa direta - ETENE

Quanto às tecnologias atualmente utilizadas, a maioria dos entrevistados concorda que não há escolha, pois já fazem parte do pacote tecnológico estabelecido pelo projetista. Os extensionistas, no entanto, justificam esta imposição de pacotes tecnológicos alegando que a escolha já está atrelada à especificação da fruta, à qualidade do produto a ser obtido e à necessidade de competir no mercado (Tabela 6).

Tabela 6 – Concordância quanto aos motivos pelos quais os agricultores escolheram os tipos de tecnologia adotados

Motivos	Agricultores (%)	Organizações de Agricultores (%)	Extensionistas (%)
Já estabelecida pelo projetista/técnico	61,1	74,1	73,9
Pela necessidade de competir no mercado	31,9	29,6	58,7
Devido à especificação da fruta	24,1	40,7	52,2
Devido à qualidade do produto a ser obtido	23,1	25,9	54,3
Pela necessidade de atender a agroindústria	1,2	7,4	4,3
Outro	3,9	11,1	19,6

Fonte: Pesquisa direta - ETENE

5.3. Percepção sobre problemas relacionados à atividade frutícola

Dos treze itens analisados sobre os principais obstáculos ao desenvolvimento da atividade frutícola (Tabela 7), observou-se algumas discordâncias nas percepções dos atores pesquisados.

Em geral, verifica-se uma tendência, entre agricultores, de minimizar os obstáculos considerados importantes por organizações e extensionistas, exceto no item relativo a “falta ou escassez de crédito”, considerado como obstáculo para 51,1% deles, opinião corroborada por 55,6% de suas organizações, no entanto, considerado importante por somente 21,7% dos extensionistas.

O inverso ocorre com relação ao item “falta de organização dos fruticultores” que, para os extensionistas é um grande obstáculo ao desenvolvimento da atividade, mas para organizações e muito mais para agricultores, aparece como pouco significativo.

A “falta de agroindústria na região” é outro item em que há discordância de percepção dos autores. Apontado como um obstáculo importante por 54,3% dos extensionistas, porém somente 18,5% das organizações e 7,3% dos agricultores têm esta mesma percepção.

A “dificuldade de gerenciamento”, da mesma forma, é percebida por boa parte dos extensionistas, mas não pela maioria dos agricultores e boa parte de suas organizações associativas.

Da mesma forma, o mercado, considerado como um problema ainda a ser resolvido, de acordo com 50% dos extensionistas, é um obstáculo para apenas 18,5% das organizações e 11,4% dos agricultores.

TABELA 7 – Concordância quanto aos principais obstáculos para ampliar/diversificar a área com fruticultura

Obstáculos	Agricultores (%)	Organizações de Agricultores (%)	Extensionistas (%)
Falta ou escassez de crédito	51,1	55,6	21,7
Garantias reais insuficientes para contratar novo financiamento	17,3	40,7	63,0
Falta de organização dos fruticultores	12,4	22,2	82,6
Problemas de mercado	11,4	18,5	50,0
Aumento / surgimento de novas pragas e doenças	10,0	11,1	21,7
Falta de agroindústria na região	7,3	18,5	54,3
Falta de interação entre os agentes componentes da cadeia produtiva	6,6	33,3	52,2
Falta de domínio tecnológico para diversificação	5,4	29,6	37,0
Falta de mão-de-obra qualificada	2,2	14,8	30,4
Dificuldade de gerenciamento	2,0	14,8	41,3
Dificuldade de transporte adequado	1,7	7,4	6,5
Distância para os grandes centros consumidores	1,2	3,7	8,7
Outros	9,2	37,0	30,4

Fonte: Pesquisa direta – BNB-ETENE

A maioria dos entrevistados dos três grupos concorda que não existem conflitos relacionados ao uso de água entre os agricultores da região, e que há oferta de energia suficiente para atender à demanda de futuros consumidores (Tabelas 8 e 9).

Tabela 8 – Concordância quanto à existência de conflito de uso de água entre os produtores da região / município

Opções	Agricultores %	Organizações de Agricultores %	Extensionistas %
Sim	8,3	14,8	13,0
Não	60,3	59,3	65,2
Desconhece	11,7	18,5	13,0
Não informado	19,7	7,4	8,7
TOTAL	100,0	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa direta – BNB-ETENE

Tabela 9 – Concordância sobre se a oferta atual de energia no município / região é suficiente para aumentar a demanda futura de consumidores

Opções	Agricultores %	Organizações de Agricultores %	Extensionistas %
Sim	70,6	63,0	63,0
Não	5,8	22,2	23,9
Desconhece	22,4	14,8	6,5
Não informado	1,2	–	6,5

Fonte: Pesquisa direta – BNB-ETENE

Com relação aos níveis de produtividade abaixo do estimado, todos concordam que o principal problema refere-se à insuficiência de adubação e tratos culturais. A grande contradição aparece no item “problema de gestão”, considerado importante pelos os extensionistas, mas insignificante principalmente para os agricultores.

Com relação à assistência técnica, em torno de 20% de agricultores e extensionistas concordam em que há deficiência do serviço prestado. Porém, das organizações, somente 11% se manifestaram no mesmo sentido (Tabela 10).

Tabela 10 – Concordância quanto aos motivos pelos quais os níveis de produtividade obtidos estão abaixo dos valores estimados no projeto / estudo (cinco principais)

Motivos	Agricultores (%)	Organizações de Agricultores (%)	Extensionistas (%)
adubação e tratos culturais insuficientes	56,0	63,0	67,4
surgimento de novas pragas e doenças	29,0	14,8	45,7
deficiência na assistência técnica	20,0	11,1	19,6
problemas de chuvas (escassez ou excesso ou fora de época)	18,0	22,2	45,7
ocorrência de excesso de vento	11,9	3,7	6,5
ainda não atingiu o ano de estabilização da produção	9,5	22,2	32,6
escassez de água para irrigação	8,0	7,4	8,7
problema de gestão	2,2	14,8	50,0
Outra	12,9	14,8	17,4

Fonte: Pesquisa direta - ETENE

A Tabela 11 apresenta dados sobre a percepção dos atores quanto à forma como os órgãos de pesquisa solucionam os problemas dos agricultores. Neste ponto, verifica-se grande discordância entre as percepções dos agricultores e suas organizações de um lado, e os extensionistas de outro. Enquanto os agricultores e as organizações opinaram que os problemas não são solucionados (53,3% e 48,1%, respectivamente) ou que são resolvidos com lentidão (28,5% e 37,0%, respectivamente), os extensionistas consideram que os problemas têm solução, porém, a maioria acha que são resolvidos de forma lenta (71,7%).

Tabela 11 – Concordância quanto à forma como os problemas surgidos com a fruticultura estão sendo solucionados pelos órgãos de pesquisa governamentais

Forma de Solução	Agricultores (%)	Organizações de Agricultores (%)	Extensionistas (%)
Tempestividade	3,2	3,7	13,0
Lentidão	28,5	37,0	71,7
sem solução	53,3	48,1	4,4
não informado	15,0	11,1	10,9
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa direta – BNB-ETENE

No tocante aos problemas da fruticultura ainda pendentes de solução pelos órgãos de pesquisa, os entrevistados concordaram que a principal questão refere-se ao desenvolvimento de variedades mais resistentes às pragas e doenças. Em seguida, surgem os problemas referentes a mercados. Para agricultores e organizações a terceira questão refere-se ao desenvolvimento de novas variedades frutícolas, enquanto que para os extensionistas a questão diz respeito à produção orgânica (Tabela 12).

Tabela 12 – Concordância quanto a problemas ainda pendentes de soluções pelos órgãos de pesquisa

Problemas	Agricultores (%)	Organizações de Agricultores (%)	Extensionistas (%)
espécies frutícolas mais resistentes às pragas e doenças	61,3	77,8	67,4
Mercados	44,5	33,3	56,5
novas espécies frutícolas	27,7	29,6	37,0
espécies mais resistentes aos veranicos	15,3	7,4	21,7
novos derivados de frutas	13,4	18,5	8,7
produção orgânica	5,8	7,4	45,7
Outro	4,1	7,4	6,5

Fonte: Pesquisa direta – BNB-ETENE

Sobre os entraves existentes para se exportar frutas, todos concordam que os principais problemas referem-se à inexistência de variedades de frutas destinadas especificamente ao mercado externo, à falta de apoio governamental para a pequena produção e ao desconhecimento do mercado. Além dessas questões, as organizações consideram que as dificuldades de transporte, a falta de certificação dos produtos e as barreiras fitossanitárias impostas pelos importadores dificultam as exportações das frutas brasileiras. Os extensionistas, por sua vez, apontaram como fatores adicionais os custos de produção, as variações de preços, a carência de infra-estrutura e ausência de *packing house* nas proximidades das propriedades rurais. Destaque-se que o desconhecimento do mercado é um fator importante para um percentual muito maior de extensionistas que de agricultores e organizações, denotando, por um lado, a necessidade de se analisar mais profundamente a questão e, por outro, que neste aspecto, não está havendo interação entre os atores, conforme discordância das respostas (Tabela 13).

Tabela 13 – Concordância quanto aos fatores que impedem iniciar ou aumentar suas exportações para fora do Brasil

Fatores	Agricultores (%)	Organizações de Agricultores (%)	Extensionistas (%)
Fruta destinada apenas ao mercado interno	75,7	70,4	50,0
Falta de apoio governamental para a pequena produção	17,5	7,4	50,0
Desconhecimento do mercado	10,0	14,8	41,3
Carência de certificação do produto	3,6	22,2	37,0
Carência de <i>packing house</i> na região	3,2	7,4	32,6
Barreiras fitossanitárias dos países importadores	2,4	14,8	34,8
Carência de infra-estrutura de frios na região	1,5	7,4	23,9
Custo de produção não competitivo	1,2	3,7	17,4
Incerteza da cotação do produto no desembarque	1,2	7,4	17,4
Dificuldade de transporte marítimo	0,5	29,6	15,2
Outro	1,9	29,6	21,7

Fonte: Pesquisa direta – BNB-ETENE

Os atores foram unânimes em apontar o preço como o principal entrave no abastecimento de mudas, insumos e material de embalagem, conforme mostrado na Tabela 14. Outros problemas considerados importantes pelos agricultores, mas como menor relevância, foram a “oferta limitada no município” (12%) e o “custo elevado do transporte” (11,4%). Para os extensionistas, no entanto, estes dois itens são considerados bastante relevantes, conforme apontado por 45,7% e 30,4%, respectivamente, dos entrevistados. As

organizações apontam outro problema de relevância no abastecimento destes materiais, que é a cobrança de ágio.

Tabela 14 – Concordância quanto às principais causas dos problemas de abastecimento de mudas, insumos e material de embalagem

Fatores	Agricultores (%)	Organizações de Agricultores (%)	Extensionistas (%)
Problema de preços	48,2	59,3	58,7
Oferta limitada no município	12,2	7,4	45,7
Custo elevado do transporte	11,4	-	30,4
Demora na entrega	3,9	-	21,7
Dificuldade de transporte	2,4	3,7	2,2
Cobrança de ágio	0,2	29,6	2,2

Fonte: Pesquisa direta – BNB-ETENE

No que se refere aos problemas detectados com as agroindústrias, a maioria dos agricultores entrevistados (77,6%) não respondeu essa questão por não processarem e/ou não comercializarem suas respectivas produções com as agroindústrias. Dentre os agricultores que responderam, a maioria citou os preços não compensadores pagos pelas agroindústrias. Referido problema foi também mencionado pelas associações bem como pelos extensionistas, ressaltando-se que estes últimos atribuíram importância elevada a este problema. Para os extensionistas, outro problema, mencionado por poucos agricultores e organizações, é a inexistência de incentivos de preços para produtos de melhor qualidade (Tabela 15).

Tabela 15 – Concordância quanto aos principais problemas existentes com as agroindústrias

Principais problemas	Agricultores (%)	Organizações de Agricultores (%)	Extensionistas (%)
Preços estabelecidos pela indústria não são compensadores	15,6	14,8	43,5
Descumprimento dos contratos de recebimentos da produção	2,4	-	13,0
Descumprimento nos prazos de pagamento das frutas	1,5	-	15,2
Inexistência de incentivos de preços para produtos de melhor qualidade	5,1	11,1	41,3
Demora na entrega de embalagem pela agroindústria	0,0	-	2,2
Grande distância entre a área de produção e a indústria	0,2	3,7	2,2
Outro	0,7	-	2,2
não se aplica	77,6	-	-

Fonte: Pesquisa direta – BNB-ETENE

Na Tabela 16 observam-se os problemas relativos a solo que, de acordo com a percepção dos agricultores, as principais questões dizem respeito à drenagem e endurecimento da camada superficial do solo. As organizações constataram ainda problemas relacionados com a salinização e área de preservação ambiental. Os extensionistas foram mais severos em suas avaliações, visto que grande parte considerou sérios os problemas de endurecimento da camada superficial do solo (58,7%), drenagem inadequada (37%), área de preservação (28,3%), salinização (17,4%) e curva de nível (17,4%).

Tabela 16 – Concordância quanto aos impactos negativos nos solos e a adoção de medidas mitigadoras pelos fruticultores assistidos

Ocorrência/Medida Implementada	Agricultores (%)			Organizações de Agricultores (%)			Extensionistas (%)		
	Sim	Não	Não se aplica	Sim	Não	Não se aplica	Sim	Não	Não se aplica
Salinização	9,7	62,3	27,5	18,5	51,9	18,5	17,4	60,9	10,9
Endurecimento camada superficial do solo	20,7	47,2	31,6	25,9	48,1	22,2	58,7	30,4	8,7
Curva de nível, cordão do contorno	2,2	47,4	50,1	7,4	37,0	44,4	17,4	50,0	17,4
Faixa verde com vegetação arbórea/arbustiva nativa	7,1	75,2	17,5	11,1	51,9	29,6	28,3	45,7	8,7
Drenagem adequada	21,9	40,6	36,5	7,4	33,3	40,7	37,0	30,4	19,6
Outros	0,0	5,1	1,2	-	-	-	2,2	-	-

Fonte: Pesquisa direta - ETENE

5.4. Percepção sobre a qualidade da assistência técnica

Os maiores percentuais de agricultores qualificam a assistência técnica entre boa (28,2%), regular (24,1%) e deficiente (20%), restando um pequeno grupo (2,4%) que a considera excelente. Da mesma forma que os agricultores, o maior percentual das organizações (26%) considera boa a qualidade da assistência técnica. No entanto, é bem superior neste grupo, a parcela que percebe a extensão rural como deficiente.

Com respeito ao grau de participação dos agricultores na elaboração do projeto (Tabela 17), 18% afirmam que não têm nenhuma participação. Entre os que afirmam participar da elaboração do projeto, 35% consideram médio o nível; um baixo grau de participação é citado por 23,1%, enquanto que 13,9% dos agricultores consideram-na elevada. Já as organizações, consideram entre médio (37%) e elevado (22,3%) o grau de participação destes mesmos agricultores durante a concepção do projeto produtivo, apresentando uma avaliação bem mais positiva dos órgãos de extensão rural. Os extensionistas, por seu turno, consideram bom o nível de participação dos agricultores na elaboração do projeto, tendo em vista que 54,4% deles declararam ser média a participação. Os extensionistas representam o grupo mais otimista, por afirmar que 23,9% dos agricultores têm um nível elevado de participação na elaboração do seu projeto de fruticultura.

Tabela 17 – Concordância quanto ao nível de participação do agricultor na elaboração do projeto de fruticultura

Nível de participação	Agricultores %	Organizações de Agricultores %	Extensionistas %
Elevado	13,9	22,3	23,9
Médio	35,0	37,0	54,4
Baixo	23,1	18,5	21,7
Nenhum	18,0	11,1	-
Não se aplica	10,0	11,1	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa direta – BNB-ETENE

Os agricultores mostram-se satisfeitos quanto ao cumprimento do cronograma de implantação do projeto produtivo. Nos casos em que o cronograma de implantação não é cumprido, os agricultores atribuem, principalmente, ao pouco envolvimento dos técnicos do escritório de projeto, ao surgimento de problemas não considerados no projeto ou à

demora na elaboração do mesmo. Tais falhas seriam principalmente relativas a estudo de mercado, dimensionamento de recursos próprios superestimados e produtividades superestimadas. No entanto, para boa parte dos agricultores entrevistados (57,9%) e suas organizações representativas (44,5%), não houve deficiência na elaboração do projeto.

Na avaliação das organizações, o maior apoio prestado aos agricultores pela extensão rural ocorre na fase de implantação dos projetos produtivos, pois é nessa fase que, segundo análise de 40,7%, ocorrem mais de três visitas. No entender dos extensionistas, no entanto, o maior número de visitas ocorre após a implantação, conforme afirmação de 41,3% dos entrevistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o final da década de 1970 o modelo “produtivista-difusionista” adotado na comunicação rural vem sendo questionado. Alternativamente tem-se proposto um modelo “participativo e crítico”, no qual o agricultor, enquanto cidadão e sujeito de suas ações, problematiza, critica sua realidade e toma as decisões que melhor lhe convierem. Referido modelo alternativo coloca em prática metodologia de trabalho que considera relevante os conhecimentos e a participação do agricultor, estabelecendo um processo dialógico entre este e o extensionista, de forma a permitir a reciprocidade, proporcionando a troca de conhecimentos e não transmissão de informações.

Nas áreas de concentração de fruteiras nordestinas, conforme observado nesta pesquisa, a atuação das ATER's parece permanecer atrelada ao modelo “produtivista-difusionista”, no qual a introdução de práticas modernas tem sido privilegiada. A ênfase desse modelo tem sido a introdução de pacotes tecnológicos recheados de insumos industrializados, máquinas, equipamentos, agrotóxicos, fertilizantes e outros. Nesse modelo, a extensão rural se distancia do processo educativo, e funciona como instrumento de modernização agropecuária.

Observou-se, também, algumas contradições nas falas dos atores, principalmente no tocante aos obstáculos apontados para o desenvolvimento da atividade frutícola, o que denota a inexistência de um processo dialógico na comunicação. A falta de um diálogo mais efetivo entre o extensionista, o agricultor e suas organizações representativas é confirmada quando se verifica a elaboração de projetos produtivos sem a participação e colaboração destes, resultando em projetos, muitas vezes, inadequados para a realidade do agricultor, seja em termos econômicos, sociais ou ambientais, acarretando prejuízos financeiros e/ou ecológicos para o agricultor. A consequência disso é a insatisfação dos agricultores com os serviços prestados pela extensão rural e o insucesso econômico da atividade desenvolvida.

Importante reconhecer a dificuldade que tais instituições têm em promover mudanças no modelo de intervenção, tendo em vista terem sido constituídas no bojo de um modelo de desenvolvimento que priorizava a modernização da agricultura e, portanto, com ações direcionadas para este objetivo. Em consequência da implantação desse modelo, é fato a dificuldade que têm os técnicos de compreender a necessidade de promover um diálogo com o agricultor, levando em conta sua própria formação profissional, dirigida para o trabalho dentro do modelo “produtivista-difusionista”. Além disso, registre-se a condição das ATER's, principalmente na região Nordeste, em que a falta de estrutura adequada para o trabalho que desempenham os extensionistas, contribui para que o serviço muitas vezes se limite à simples fiscalização e, portanto, sem o compromisso da ação transformadora.

Uma forma de buscar a correção de rumos, seria as próprias ATER's realizarem avaliação das metodologias adotadas em suas atividades, principalmente no tocante à

forma como vêm trabalhando as estratégias de comunicação, bem como levar seus técnicos a passarem por um processo de capacitação voltado para a realização de um trabalho de comunicação com base na concepção dialógica. Além disso, é fundamental que o poder público reconheça a importância do serviço de extensão rural, criando as condições para a melhoria da qualidade da assistência técnica.

Finalmente, espera-se, com este exercício, contribuir para o melhor entendimento das questões relacionadas à comunicação, aspecto de grande relevância para a formulação de políticas destinadas a promover o desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, R. E. C. Comunicação rural. In: QUEIROS E SILVA, ROBERTO P. **Temas básicos de comunicação**. São Paulo: Edições Paulinas, 1983. 250p.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 105p.
- _____. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 105p.
- _____. Comunicação rural: discurso e prática. In: BRAGA, G. M, Kunsch,
- FRANÇA, V. R. V. **A comunicação e incomunicação no desenvolvimento de pequenos agricultores**. Brasília: UnB, 1978. 201p. (Tese de Mestrado).
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p. (O Mundo, Hoje, v.24).
- FRIEDRICH, O . A . **Comunicação rural: proposição crítica de uma nova concepção**. 2ed. Brasília: Embrater, 1988. 60p.
- PASQUALI, A . **Sociologia e comunicação**. Petrolina: Vozes, 1973.
- RIFFEL, C. M. **A comunicação dirigida na ação das Ongs: a experiência de entidades que atuam na promoção da agricultura sustentável**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/geacor/texto15-03.html>. Acesso em: 14.mar.2006.